

ças não só ao equipamento material como à organização adequada das relações.

Sobretudo quando encaramos a obtenção dos meios de vida, observamos que algumas culturas não conseguem passar de um equilíbrio mínimo, mantido graças à exploração de recursos naturais por meio das técnicas mais rudimentares, a que correspondem formas igualmente rudimentares de organização. O critério para avaliá-las, nestes casos, é quase biológico, permitindo reconhecer dietas incompatíveis com as necessidades orgânicas, correlacionadas geralmente a técnica pobre, estrutura social pouco diferenciada além da família, representações míticas e religiosas insuficientemente formuladas. É o que se observa em povos "marginais" da Patagônia e sobretudo Terra do Fogo, em nômades como os sirionós, ou os nambiquaras.¹⁷

Assim, mesmo sem querer *avaliar* o funcionamento de uma cultura, parece possível falar, em relação a cada uma, de certos *níveis sociais e vitais* — noções aproximativas e apresentadas aqui num sentido mais de imagem que de conceito. Elas podem to-

¹⁷ Ver por exemplo em Június Bird, "The Alacaluf", in *Handbook of the South-American Indians* (HSAI), vol. I, pp. 55-80, a absorção do grupo nas formas mais elementares de obtenção do alimento, por meio de um equipamento reduzido ao "mínimo necessário para manter a vida" (pp. 58-9). No excelente trabalho de Allan R. Holmberg, *Nomads of the long bow*, os dados relativos aos sirionós servem para conclusões sobre "sociedades caracterizadas por um atraso geral da cultura", visto como "a preocupação com os problemas alimentares domina de tal modo a sociedade, que outros aspectos da cultura pouco se desenvolverão" (p. 98). Note-se a informação sobre o caráter inarticulado dos cantos (p. 44), sobre a falta de folclore e mitologia (p. 46), sobre a indeterminação das concepções do Universo (p. 46) etc. Veja-se ainda, Claude Lévi-Strauss, "La vie familiale et sociale des indiens nambikwara", onde se fala do "seu nível cultural certamente muito baixo" (pp. 13 ss.).

davia ser utilizadas, menos arbitrariamente, para sociedades civilizadas, complexas, nas quais a diversidade dos grupos sociais e dos níveis de vida permite comparar as formas extremas de participação nos bens considerados incompressíveis. Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo.

Retenhamos, pois, desta discussão, que nas situações de mudança e nas sociedades civilizadas é possível falar em *mínimos vitais e sociais*, em sentido comparativo.

4. Sociologia dos meios de subsistência

Assim, os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das "reações culturais", desenvolvidas sob o estímulo das "necessidades básicas". Em nenhuma outra parte vemos isto melhor que na alimentação, que é o recurso vital por excelência. Com efeito, há necessidades inadiáveis que não encontram correspondente na organização social, como a respiração; e outras que se processam conforme padrões definidos, mas cuja satisfação pode ser suspensa sem acarretar cessação da vida, como o impulso do sexo. A fome, todavia, se caracteriza por exigir satisfação constante e requerer organização social adequada.

Por outro lado, a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos

da Natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior à técnica.

Sendo condição da vida, ela é pressuposto de toda vida social, que já tem sido interpretada como decorrência direta da satisfação de necessidades, entre as quais ela se destaca. Esta atitude é todavia parcial e simplista, começando por desconhecer que a dependência do grupo em relação aos recursos naturais corresponde uma ação por ele exercida de maneira a configurar a mencionada continuidade, onde homem e meio aparecem numa solidariedade indissolúvel. Do ponto de vista social, a alimentação só se torna inteligível como necessidade na medida em que está ligada a uma organização para obtê-la e distribuí-la, como observa Goodfellow na citação feita há pouco.

Assim, o meio natural aparece de início como grande celeiro potencial, que não será utilizado indiferentemente, em bloco, mas conforme as possibilidades de operação do grupo; pois os animais e as plantas não constituem, em si, alimentos do ponto de vista da cultura e da sociedade. É o homem quem os cria como tais, na medida em que os reconhece, seleciona e define. O meio se torna deste modo um *projeto* humano nos dois sentidos da palavra: projeção do homem com as suas necessidades e planejamento em função destas — aparecendo plenamente, segundo queria Marx, como uma construção da cultura.

Há com efeito para cada cultura uma técnica de viver de que a alimentação faz parte, e a que deve submeter-se a fome para ser satisfeita, não obstante o seu caráter inelutável.

Além disso, ela se torna o centro de um dos mais vastos complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos, representações. A obtenção da comida percorre, do esforço físico ao rito, uma gama vastíssima em que alguns têm querido buscar a gênese de quase todas as instituições sociais. Um antropólogo fantasista como Elliot-Smith não encontra dificuldade em mostrar que téc-

nica, arquitetura, calendário, religião, governo (civilização, numa palavra) derivam diretamente das progressivas invenções ligadas ao plantio, armazenagem da colheita, regulamentação do trabalho agrícola, todas originadas no Egito...¹⁸

A teoria vale apenas para ilustrar a importância que o alimento pode assumir teoricamente como elemento explicativo da vida social. Sabemos, no entanto, que a obtenção, definição e elaboração de uma dieta dependem estreitamente de organização correspondente, e que os ritos agrários se encontram na base dos desenvolvimentos culturais mais surpreendentes. Vida, meio e grupo se integram e unificam muitas vezes em função dela.

Um exemplo sugestivo dessa projeção multidimensional da alimentação é a caça, que tendo como ponto de partida a obtenção de carne dá lugar a sistemas complexos, com repercussões afetivas, mágicas, artísticas, políticas — sabendo-se que em muitos casos a liderança política se esboça em função dela. “[...] a arte da caça, nos povos primitivos, requer conhecimentos hauridos nos diferentes domínios da técnica, da magia, da religião, do direito”, porque “nos povos arcaicos não é uma atividade puramente técnica, como se tornou para o homem moderno. Os sentimentos que ela mobiliza são de natureza muito diversa, não parecendo nada com a excitação esportiva, o gosto pelo perigo e a perseguição. Não é uma atividade de luxo, mas um problema vital, implicando, da parte do caçador, uma atenção, uma concentração, uma gravidade que por certo inexistem no caçador moderno”.¹⁹

¹⁸ G. Elliot-Smith, *In the beginning*, cap. 3, “The beginning of civilization”, pp. 30-45.

¹⁹ E. Lot-Falck, *Les rites de chasse chez les peuples sibériens*, pp. 7 e 9.

Daí as suas conseqüências ecológicas (organização dos territórios de caça), religiosas (interditos, cerimonialismo propiciatório e piacular), estéticas (representações plásticas, danças zomórficas) etc.

No entanto, à medida que as fontes de abastecimento alimentar vão-se modificando ou ampliando — como ocorre em todo processo civilizatório — vamos assistindo a transformações radicais na estrutura e função da caça. O que era básico se torna acessório, o acessório se torna básico, e vemos um meio de subsistência tornar-se atividade lúdica, dando lugar a uma constelação inteiramente renovada. O animal, que antes era uma espécie de comparsa antagônico num drama, alvo de solicitações, propiciações, verdadeiros entendimentos em que o homem se incorpora ao mundo natural, passa agora a integrar uma realidade diferente, a que o homem se opõe.²⁰ As novas fontes de abastecimento levaram a uma rearticulação das relações com o meio, em que a posição do alimento é outra.

Qualquer que ela seja, porém, é sempre acentuada a sua importância como fulcro de sociabilidade — não apenas da que se organiza em torno dele (sistemas de trabalho, distribuição etc.) mas daquelas em que ele aparece como expressão tangível dos atos e das intenções (ágapes, ofertas etc.). Hoje, quando oferecemos café às visitas ou damos um almoço de aniversário, prolongamos de certa forma práticas imemoriais, em que a ingestão de alimen-

²⁰ Sobre aqueles aspectos de solidariedade grupo-meio em função da caça, ver Lot-Falck, *op. cit.*, *passim*. Exemplo: “Uma outra interdição [...] proíbe matar mais caça do que o necessário para as necessidades vitais. Para os siberianos a caça não é um esporte, mas unicamente um meio de garantir a subsistência. Há uma espécie de convenção lavrada entre o homem e os seres que presidem a caça; estes lhe reconhecem o direito de matar o que lhe basta para viver, e nada além. Caçar por divertimento pareceria incompreensível e criminoso”, p. 163.

tos obtidos com esforço, e irregularmente, trazia uma poderosa carga afetiva, facilmente transformada em manifestações simbólicas. À medida que a civilização assegura a regularidade do abastecimento, esta carga diminui, para manifestar-se quase apenas nas ocasiões importantes da vida.

Todavia, se atentarmos, em nosso tempo, para as populações chamadas arcaicas; para os povos e grupos de progresso técnico limitado; para as classes inferiores da população, poderemos constatar a cada instante o peso que ela assume nas relações e na própria caracterização da personalidade. De certa caipira velha, ouvi há muitos anos que o seu maior desejo seria comer e fazer comer aos seus filhos e netos de tal maneira que se esquecessem do que era fome. No limiar da morte, o seu papel de mãe lhe parecia falhado na medida em que dera à luz tanta gente que não podia comer à vontade.

Na Sociologia e na Antropologia o estudo da alimentação tem sido feito de dois ângulos principais. As pesquisas sobre sociedades primitivas e rústicas insistem sobretudo nas técnicas de sua obtenção, nos critérios da sua distribuição, destacando significativamente os vínculos sociais correlatos, as representações, o sistema simbólico. São casos em que a elaboração de uma dieta é problema cruciante, absorvendo os esforços do grupo e dando lugar a fenômenos de tensão psíquica. Malinowski foi certamente o primeiro a expor sistematicamente a sua importância social e cultural, desenvolvida magistralmente por uma discípula, Audrey Richards, em dois livros que são os mais importantes no assunto.²¹

²¹ Embora versando o tema em partes de obras anteriores, a obtenção de alimento e o seu caráter social aparecem desenvolvidos por Malinowski no último livro sobre os trobriandeses: *Coral Gardens and their magic* (1937). Os seus cursos na Universidade de Londres serviram, todavia, de inspiração e ponto de partida

O segundo ponto de vista, mais corrente, é o da Sociologia propriamente dita e da Economia. São as mais das vezes estudos de níveis de vida, feitos de um ângulo econômico e estatístico, visando grandes números, onde a realidade aparece dissolvida em índices, orçamentos, tabelas, abrangendo não raro todo um país, ou mesmo o mundo inteiro, mais freqüentemente uma região ou uma cidade. Raras vezes a alimentação é destacada do conjunto dos elementos constitutivos do nível de vida.²²

Ora, é preciso acentuar a importância, para o sociólogo, em combinar, no estudo da alimentação, os pontos de vista estatístico (como parte do nível de vida), biológico (como qualidade nutritiva, exprimindo uma certa forma de exploração do meio), econômico (como tipo de participação nos recursos totais do grupo) e propriamente sócio-cultural (como fator de sociabilidade). É o que se procurará fazer no presente estudo.

Convém mencionar que, no domínio das ciências humanas, o primeiro no Brasil a avaliar a importância da alimentação para explicar o comportamento dos grupos sociais foi (dei-

para Firth, *The primitive economics of the New Zealand Maori*, 1929; *Primitive Polynesian economy*, 1939; e sobretudo Richards, *Hunger and work in a savage tribe*, 1932, baseado em bibliografia, e *Land, labour and diet in Northern Rhodesia*, 1939 (primeira edição), baseado na pesquisa entre os bembas.

Um trabalho importante como utilização teórica das observações sobre trocas alimentares, levando a discernir traços da organização social, é o de Jules Henry, "The economics of Pilagá food distribution", AA, vol. LIII, nº 2, 1951, pp. 187-219. O livro, mencionado atrás, de Holmberg, é dos melhores como exploração sociológica das necessidades alimentares e a importância da sua satisfação no equilíbrio dos indivíduos e dos grupos.

²² Há em São Paulo pelo menos uma pesquisa sociológica, neste sentido: Donald Pierson, "Hábitos alimentares em São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal* (RAM), vol. XCVIII, 1944, pp. 45-79.

xando de lado algumas reflexões de Sílvio Romero) Alfredo Ellis Jr., em *Raça de gigantes* (1926). Mais tarde, Gilberto Freyre deu ao tema a amplitude que todos conhecem, em seus diversos livros, a partir de *Casa-grande & senzala* (1934). Os especialistas de nutrição têm-se caracterizado felizmente entre nós — depois de um início mais especificamente biológico, em que pesou a influência do argentino Pedro Escudero — pela preocupação em se orientar conforme aspectos sociais, como podemos ver nas obras de Josué de Castro e Rui Coutinho, para citar apenas dois nomes.